

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Beto Barata/PL



Bolsonaro pressiona Valdemar por comando

Valdemar vendo filme que PSL tinha visto

Quando em 2019 o recém-eleito presidente Jair Bolsonaro deixou o PSL em uma disputa pelo comando do partido com o deputado Luciano Bivar, Bolsonaro depois tentou criar seu próprio partido, não conseguiu. E Bivar uniu o PSL ao Democratas para criar o União Brasil. Hoje, Bivar está envolvido lá em outra briga pelo comando partidário, com Antônio Rueda. Agora, o

filme está passando de novo em outras salas, estas localizadas no Edifício Brasil 21, em Brasília, onde fica a sede do PL. Segundo integrantes do partido, Valdemar está agora sofrendo imensa pressão da família Bolsonaro para entregar o trono que ocupa no PL há 24 anos, quando morreu Alvaro Valle. Os bons resultados eleitores do PL só fizeram aumentar a pressão.

Vereadores

Se o PSD foi o partido que elegeu maior número de prefeitos, o PL foi o que elegeu mais vereadores. Foi também o que teve mais votos, por conta de alguns fenômenos, como Lucas Pavanato, em São Paulo. Pode sair do segundo turno como o que fez mais capitais.

Pressão

Tal situação aumenta a pressão quanto ao controle do partido. A família Bolsonaro entende que é a responsável pelo desempenho. Já Valdemar considera que é a forma como concilia a extrema direita com a parcela mais moderada. A queda de braço intensificou-se.

Mario Agra/Câmara dos Deputados



Junior Mano foi expulso do PL por apoiar petista

Houve avanço sobre a própria presidência do PL

Antes do primeiro turno, chegou a haver uma pressão sobre Valdemar inclusive para que ele entregasse a presidência do PL para o deputado Eduardo Bolsonaro (SP). E o próprio Valdemar chegou a ventilar a possibilidade. Depois, recuou fortemente. Não pretende entregar o partido. Agora, a pressão é sobre a Fundação Álvaro

Valle, que administra cerca de 20% dos recursos do fundo partidário. Novamente, Valdemar não quer ceder. Mas, dentro do PL, já há quem avalie que ele acabará obrigado a entregar alguma coisa. Nas reuniões internas, ele já vem sofrendo pressão intensa dos nomes mais radicais. Ele cogita dar a área internacional.

Cursos

Mas os Bolsonaros querem uma área que tenha recursos. A Fundação Álvaro Valle daria a possibilidade de comercialização de cursos. No caso, mirasse no sucesso que teve Pablo Marçal (PRTB). Turbinadas as redes sociais, isso poderia virar excelente fonte de receita.

Ordem

Junior Mano afirma que ele foi expulso por ordem de Bolsonaro. No caso, parece haver sentido, porque ele apoia o petista Evandro Leitão e o PL tem candidato do segundo turno, André Fernandes. Mas Valdemar resiste a esses processos, porque eles reduzem a bancada.

Radicais

O problema para Valdemar da entrega do comando é ela levar a uma guinada radical, reduzindo o modelo mais maleável que ele exerce há anos, no melhor estilo Centrão. Agora mesmo, Valdemar já se viu obrigado a expulsar o deputado federal cearense Junior Mano.

Curitiba

Os defensores de Valdemar rebatem dizendo que, se ele fosse rigoroso, teria que expulsar o próprio Bolsonaro. Afinal, o PL tem o candidato a vice de Eduardo Pimentel (PSD) em Curitiba, e Bolsonaro resolveu apoiar a candidata do PMDB, a jornalista Cristina Graeml.

Reunião discutirá emendas com mais transparência

Relator do orçamento se reúne com Arthur Lira e Rodrigo Pacheco

Saulo Cruz/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Apesar da semana esvaziada no Congresso Nacional, em decorrência do segundo turno das eleições municipais neste domingo (27), os parlamentares buscam retomar as discussões sobre o orçamento para o próximo ano. Nesta terça-feira (22), o relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025, senador Angelo Coronel (PSD-BA), se encontrará com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para tratar do tema. O encontro inicialmente estava marcado para acontecer nesta segunda-feira (21), mas teve de ser adiado em decorrência da agenda de Arthur Lira.

Segundo a assessoria do relator, as equipes do Senado, da Câmara e do próprio Poder Executivo estão trabalhando para apresentarem no encontro uma proposta para Lira e Pacheco, que possa ser aprovada com o máximo de consenso possível. Se trata de um Projeto de Lei Complementar (PLP) que aprimore as regras dos repasses de emendas parlamentares.

O mecanismo de repasse dessas emendas foi suspenso em agosto, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), e aguarda a elaboração oficial de um relatório elaborado pelo Executivo e pelo Legislativo com mudanças que tragam maior transparência e rastreabilidade às emendas.

Dentre as propostas do senador Angelo Coronel para aprimorar as chamadas “emendas Pix”, está tornar prioridade



Coronel tem propostas para tornar emendas Pix mais transparentes

que elas sejam repassadas para obras inacabadas. Além disso, metade do valor das emendas de comissão seriam repassadas para saúde. Antes federativos em situação de calamidade ou emergência (como as enchentes no Rio Grande do Sul) terão prioridade nos recursos e todos as informações estarão disponíveis no portal da transparência. As emendas pix são uma modalidade de transferência de recursos parlamentares em que o dinheiro é diretamente transferido para os caixas das prefeituras, sem indicação de programas e celebração de convênios.

Relembra

Em agosto, o ministro do STF Flávio Dino determinou a suspensão das chamadas “emendas Pix” ao orçamento da União. A decisão foi motivada a pedido de uma Ação Direta de

Inconstitucionalidade (ADI), protocolada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), alegando que as emendas não têm a devida transparência, além de retirar a competência do Tribunal de Contas da União (TCU) para fiscalizar os recursos e a possibilidade de transparência e rastreabilidade do dinheiro público.

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) também suspendeu a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enquanto ainda não for definido como serão tratadas as emendas pix.

Porém, o relator da LDO 2025, senador Confúcio Moura (MDB-RO), chegou a anunciar que trará mudanças à matéria para adequá-la ao acordo costurado entre os Poderes. Não sinalizou ainda, porém, o que irá mudar.

Reforma Tributária

Além do encontro entre os presidentes das Casas do Congresso para tratar do orçamento para o ano que vem, o Senado segue as discussões acerca da regulamentação da reforma tributária (PLP 68/2024). Após ter de se recolher por ordens médicas, o relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM), apresentará na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa o plano de trabalho para a discussão do tema. Com 1.400 emendas sugeridas para alterar o texto que chegou da Câmara, Braga já adiantou que realizará duas audiências para ouvir governadores e prefeitos sobre o impacto da medida.

A expectativa é que o tema seja votado, e eventualmente aprovado, na primeira semana de dezembro.

Modelo de financiamento de campanha deve ser repensado

José Cruz/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

A menos de uma semana para o segundo turno das eleições municipais, neste domingo (27), os candidatos a prefeito que disputam o segundo turno em 51 cidades correm contra o tempo para tentar aumentar seu número de eleitores. Mas, após o segundo turno eleitoral, o Congresso Nacional deve voltar à tona com a discussão acerca dos recursos voltados para o financiamento de campanha. Partidos políticos avaliam que o primeiro turno do período eleitoral trouxe a impressão de um aumento dos crimes de caixa dois, compras de votos e até a tentativa de infiltração do crime organizado na política.

Caixa dois consiste na movimentação de recursos financeiros em campanhas eleitorais, sem o devido registro, omitindo os valores aplicados na prestação de contas públicas. O recurso é muito utilizado em casos de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro e, no período eleitoral, é tipificado como falsidade ideológica eleitoral.

Na véspera do primeiro turno, em 2 de outubro, a Polícia Federal (PF) abriu 596 inquéritos para investigar crimes eleitorais, a maioria de caixa dois. De acordo com a PF, foram apreendidos R\$ 50,4 milhões relacionados a crimes eleitorais. Destes, R\$ 21,8 milhões em dinheiro vivo, que eram destinados tanto para casos de caixa dois quanto para compras de



Financiamento público não reduziu irregularidades

votos.

Esse total superou consideravelmente os valores registrados em anos anteriores. Nas eleições gerais de 2022, foram apreendidos R\$ 10 milhões, sendo R\$ 5,5 milhões em espécie, e nas eleições municipais de 2020, foram apreendidos R\$ 6 milhões, com R\$ 1,5 milhão em dinheiro vivo.

Financiadores

Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu as doações de empresas privadas para campanhas eleitorais, julgando-as inconstitucionais. Pessoas físicas são autorizadas a doar até 10% de seus rendimentos. A medida, que foi uma

resposta à Operação Lava Jato, visava reduzir custos e impedir um desequilíbrio na disputa política. Em 2018 foi criado do Fundo Eleitoral, que usa de recursos públicos para bancar as campanhas eleitorais de candidatos, seguindo uma série de regras previstas no TSE. Neste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), sancionou o valor de R\$ 4,5 bilhões para financiar as campanhas eleitorais.

Todavia, com o eventual crescimento de Caixa Dois, as medidas podem ser repensadas. O líder do governo no Congresso Nacional, senador Randolfe Rodrigues (Sem Partido-AP), declarou ser um dos

defensores do retorno de financiamento de empresas privadas a campanhas eleitorais. E entrevista ao UOL, ele lembrou que era favorável ao fim da medida, porém avaliou que a mudança no financiamento de campanhas eleitorais “fracassou”.

“Fracassou porque a ideia do financiamento público era garantir paridade de armas – que o desprovido de recursos tivesse a mesma condição de disputar a eleição de um grande milionário. Isso não ocorreu. Formou-se uma espécie de oligarquias partidárias que detêm o poder político e o da distribuição de recursos, concentrando cada vez mais recursos nas mãos de poucos”, afirmou o parlamentar.

Questionado, ele disse que ainda não tem certeza se o ideal seria o retorno do financiamento do setor privado ou de um financiamento “semi-público”, com regras.

Todavia, a opinião não é unânime entre representantes do governo. A presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), deputada Gleisi Hoffmann (RS), usou de suas redes sociais para manifestar que, na sua opinião, o retorno de doações de empresas para campanhas eleitorais seria um “grave retrocesso”.

“Caixa dois e compra de votos são crimes que devem ser enfrentados e punidos com rigor. Simples assim. O financiamento público é um avanço democrático”, defendeu.